

Entrevista com Luiz Werneck Vianna

*Concedida a Celso Castro e Lúcia Lippi Oliveira
em 17 de fevereiro de 2005*

Luiz Werneck Vianna é professor de pós-graduação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj). Foi presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs) entre 2002 e 2004 e diretor executivo do Iuperj de 1987 a 1989. Recebeu em 1997 o Prêmio Sérgio Buarque de Holanda da Biblioteca Nacional pelo livro *A revolução passiva: ibe-rismo e americanismo no Brasil* (Rio de Janeiro, Revan, 1997) e, em 1999, a Medalha do Mérito Judiciário da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Sua trajetória, como pode ser constatado na entrevista, foi construída à base de uma forte relação entre militância política e vida acadêmica. Em outro depoimento seu, publicado no livro *Pensamento social brasileiro*, da Editora Cortez (no prelo), Werneck Vianna apresenta importantes reflexões sobre a questão nacional no Brasil. Com esses depoimentos, podemos avaliar sua importante contribuição às ciências sociais no Brasil.

A primeira pergunta tem a ver com o seu nome: esse Werneck indica que você faz parte da nobiliarquia fluminense da qual saíram também Nelson Werneck Sodré, Moacir Werneck de Castro, Carlos Lacerda?

Minha avó era de Vassouras: Avelar Werneck.

Além do curso de ciências sociais, sabemos que você estudou direito. Fez primeiro direito e depois ciências sociais, ou foi simultâneo?

Primeiro, direito na Uerj, antigamente Ueg, Universidade do Estado da Guanabara. Terminei o curso em 1962 e mais de um ano depois fui fazer ciências sociais na Federal, que na época se chamava Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, a FNFi.

E quando foi que esse descendente de boa família, formado em direito, o que era quase um caminho natural, se aproximou da esquerda?

Ah, muito jovem. Aí é a história de uma geração, que abre os olhos nos anos 50, especialmente no Rio de Janeiro, na época uma cidade extremamente polarizada entre UDN e PTB. O primeiro embate, não de que participei, mas que senti e me marcou muito foram as eleições de 1950. Eu tinha 12 anos, entendia pouco, mas minha família estava dividida – um lado era UDN, outro era getulista –, e na rua eu percebia meio atônito que o povo era Getúlio. Era ainda uma percepção de pré-adolescente, mas era um sentimento de que na sociedade havia uma disputa muito acirrada, havia um clima de radicalização política extremada. Eu morava em Ipanema, e o lugar era especial para se perceber isso, porque era uma ilha de classe média cercada de favela por todos os lados – ainda existia a favela da Praia do Pinto, que batia na Lagoa. Esses dois mundos não se tocavam de forma alguma, salvo na prestação de serviços: nos armazéns, nos bares ou em serviços domésticos. Nós estudávamos em escolas privadas, de elite, e não havia contato com o outro lado.

Em que colégio você estudava?

Estudei em vários, Santo Inácio, Andrews, passei por esse tipo de treinamento de elite da época. Mas era um aluno muito inconstante, não era dedicado, tinha uma vida mais de rua. Também lia livros à noite, em casa. Por uma razão qualquer fui me apaixonando pelas leituras, o que certamente não era provocação de colégio, porque a formação aí era toda orientada para desempenho, vestibular, esse tipo de coisa. Sou mais um “filho de Lobato” – existe um livro chamado *Os filhos de Lobato*, do José Roberto Whitaker Penteado, um rapaz que estudou no Iuperj. Com Lobato, chegava toda uma primeira interpretação, uma fabulação sobre Brasil, e tive isso na infância. Sou mais um dos que leram cada um dos livros dele algumas vezes; terminava um e começava outro.

Minto, aliás, em relação aos meus professores. Tive um professor de geografia que não foi marcante enquanto tal, mas que, um belo dia, levou a turma a Volta Redonda para ver a precipitação do aço incandescente nas caldeiras. Ele dava um tratamento wagneriano àquilo: era a nação, o sangue da nação! E nós respondíamos positivamente. Era o tempo da luta pelo petróleo, de “nenhum soldado brasileiro para a Guerra da Coréia”, de extremação da Guerra Fria... Externamente, era o mundo saindo da Segunda Guerra, e internamente, o Brasil saindo do Estado Novo, com a disputa UDN-PTB: de um lado, um certo pensamento em defensiva, de direita, entreguista, e de outro, a emergência de novos sentires.

É mais ou menos por aí que a minha geração vem vindo. A maior parte dos meus colegas de colégio e de rua toma o partido da UDN, e eu me engancho com a esquerda, com o PTB. Lembro perfeitamente do dia do suicídio do Getúlio. Eu, garoto de uns 15 anos, ouvia Raul Brunini na Rádio Globo todas as noites. Era o lugar de onde se atacava Vargas. Só se falava dele: ou se defendia ou se atacava. Até que um belo dia, acorda-se, liga-se o rádio e ouve-se a Carta-testamento o dia inteiro. Ouvir aquela Carta-testamento realmente causou uma mudança – vocês irão reconhecer esse fato nos depoimentos de várias pessoas da minha geração. No meu caso, veio um interesse muito grande por Brasil, por política brasileira, o tema social tornou-se muito presente. E comecei a dizer, à boca pequena, que eu era comunista, embora não fosse de partido nenhum. Era apenas um jovem isolado naquela turma de Ipanema, que era uma turma dada a esportes – uma turma de cafajestes, na linguagem da época, eu, inclusive –, e onde eu apareci com essa identidade secreta de comunista.

Sua formação, mesmo política, foi então de autodidata, não houve uma figura que o influenciasse?

De certo modo, tive uma influência do meu pai, que era separado da minha mãe e tinha uma presença meio distante. Meu pai tinha sido simpatizante do comunismo, tinha sido filiado ao Partido. Eu pouco me relacionava com ele, mas quando me relacionava, ele dizia algumas coisas que eu entendia e de que gostava. Também me dava livros para ler, mas sempre literatura. Fui lendo, entre tantos, Camilo Castelo Branco, Eça de Queiroz, Tolstoi e Dostoievski. A literatura foi a minha formação de base.

Uma boa formação, diga-se de passagem.

Meus colegas estudavam matemática, e eu, na véspera da prova, ficava lendo romance. Nesse sentido eu era um aluno muito pouco atento, fraco, especialmente em matemática e desenho. Até que um dia sou chamado ao colégio. Era o Anglo-Americano; eu tinha sido reprovado no Andrews e tinha mudado

para o Anglo, também na Praia de Botafogo. Minha mãe tinha ido lá renovar a minha matrícula, o diretor disse que não renovava, ela perguntou por quê e chegou em casa chorando, dizendo que eu ia matá-la, que eu era uma vergonha... Perguntei por que aquilo, e ela: “Porque o diretor disse que você é comunista!” Fui lá falar com o diretor, e ele me explicou que os pais dos meus colegas tinham ido a ele pedir para que eu não fosse mais matriculado, porque eu era uma influência perniciosa, já que eu era comunista. Ele olhou para mim e perguntou: “Afiml você é ou não é comunista?” Olhei de volta e respondi: “Sou.” Era uma convicção abstrata, maluca, mas eu disse que era. Aí não teve jeito. Fui para o Pedro II, e lá terminei meus estudos.

Quando você se filiou ao Partido Comunista?

Muito tempo depois, já nos anos 60, quando eu tinha uns 20 e poucos anos. Não era fácil você se filiar ao Partido Comunista. Nos anos 50 o Partido era uma organização submersa, mas nós, que tínhamos na época 12, 13, 14 anos, tínhamos o sentimento de que esse tipo de catacumba existia. Inclusive na minha própria rua, Barão da Torre, que era uma rua de classe média muito alta. Mas Ipanema tinha umas misturas engraçadas, também havia ali setores de classe média baixa. Nós éramos garotos, mas entrando na casa dos colegas adivinhávamos alguma coisa da vida dos pais. Havia uma base atuando na minha rua, composta de um barbeiro, um médico e um engenheiro. Esse engenheiro era neto do Machado Bittencourt, ministro da Guerra que morreu no atentado ao Prudente de Moraes. Era um homem de elite e era comunista. O médico era Milton Lobato. Na garagem do Carlos Machado Bittencourt, onde nós brincávamos, havia uma tampa. Se você puxasse, aparecia uma maçaneta, e se você abrisse, dava para um esconderijo.

Quando você entrou para o Partido Comunista já tinha havido, então, a discussão sobre o stalinismo?

Quando eu entro para o Partido isso já estava público, e o Partido já tinha se definido por um caminho não-stalinista. Quem vai se definir por um caminho stalinista é esse PCdoB que está aí agora no governo. Eles é que vão fazer uma adesão ao stalinismo.

Quer dizer que, quando você foi estudar ciências sociais na FNFi, já era do Partido.

Já era do Partido. Peguei uma hora complicada na FNFi, porque fiz o vestibular no fim de 1963 e entrei em 1964, com o golpe. Quando eu entrei não havia professores. A faculdade estava dilacerada. De mais a mais, em 1964 eu tinha de 25 para 26 anos, e os meus colegas tinham 18, 19. Eu era um senhor.

Andava de terno, era casado. Era de uma outra geração. O golpe tinha separado as gerações.

Qual era a sua percepção na época do golpe? Achava que ele vinha? Achava que o dispositivo de resistência ia funcionar?

Eu estava num lugar privilegiado do ponto de vista de informação. Meu sogro era o brigadeiro Francisco Teixeira, que fazia parte do núcleo do dispositivo militar do Jango. As reuniões com Brizola, por exemplo, eram na casa dele, na avenida Nossa Senhora de Copacabana. A algumas delas, eu assisti; outras, eu apenas ouvi, porque a casa era um sobrado, eles ficavam reunidos na sala, havia uma escada, e eu ficava sentadinho lá ouvindo. Havia duas posições claríssimas: Julião e Brizola apontando na direção de uma radicalização, enquanto no Partido Comunista a tendência majoritária era segurar, procurar alternativas. Até que houve um momento em que foi tudo de roldão. O episódio dos marinheiros aí foi central: a fabulação de que estávamos diante de uma situação de tipo Rússia, encouraçado Potemkin...

Por que é que, nessa conjuntura, você foi estudar ciências sociais? O que significava para você a ciência social?

Primeiro, não foi meu objetivo estudar ciências sociais. Aliás, também não foi meu objetivo estudar direito. O que eu queria era estudar línguas neolatinas. Fui aluno no Pedro II do Paulo Rónai, que era um professor muito sedutor e conseguiu encantar a turma toda para as humanidades. Eu, particularmente, desde a adolescência já era muito ligado a esse mundo, mas achava que, nas condições da minha vida, eu não poderia estudar neolatinas. Era uma profissão para mulher, que não me permitiria entrar na vida de uma forma mais afirmativa. Fui estudar direito em função disso, e não por qualquer tipo de vocação, embora ao entrar na faculdade eu tenha começado a trabalhar em advocacia de imediato. Passei o tempo todo da faculdade trabalhando. Estudava à noite, trabalhava durante o dia e ainda fazia CPOR.

Foi na época da Faculdade de Direito que você frequentou os cursos do Iseb?

Foi. Fui do Iseb em 1960, entrei numa daquelas turmas que eles abriam. Se vocês quiserem mais *flashes*, impressões sobre os anos 50, quando estava com 15, 16 anos, eu tinha um vizinho médico que beirava os seus 50 anos, mas eu era seu parceiro de conversa. Ele só queria conversar sobre política, e eu também. Ele foi da primeira turma do Iseb, que funcionava no Ministério da Educação, naquele belo anfiteatro do primeiro andar. O Iseb ao nascer já tinha essa capilaridade, esse tipo de presença, e isso me chegou pela via desse médico.

Agora, a grande revelação que eu tive não foi nem na Faculdade de Direito nem no curso de ciências sociais, foi na UNE, com o grupo de artistas e jovens intelectuais que formavam o Centro Popular de Cultura. Essa foi a minha primeira grande universidade. Estávamos ali procurando de forma absolutamente desafiadora pensar o mundo, pensar o Brasil, sem maiores recursos. Não tínhamos maiores informações, não havia essa riqueza editorial que hoje existe no Brasil. Nem de longe. Não havia nada. Só o que havia era o Iseb. Nós éramos referidos ao Iseb.

De certa forma Iseb e CPC se aproximavam?

O Iseb ajudava a arrumar a nossa reflexão. Embora nós não fôssemos propriamente isebianos, tínhamos aquele lugar como uma escola de sábios importantes que respeitávamos, que nos davam pistas, sugestões, caminhos. A ligação que havia com o CPC era essa, sem estar em nenhum nível formalizada, além do fato de que o Vianna – Oduvaldo Vianna Filho – deu uma conferência lá. Eu ainda não conhecia o Vianna quando assisti à conferência dele, mas ficou evidente que eu tinha que seguir um caminho que fosse convergente com a trajetória daquele jovem por quem eu me tinha apaixonado. Vianna era uns três anos mais velho que eu.

Voltando ao seu interesse pelas ciências sociais.

A sociologia me chegou por pressão da vida pública. Pura pressão da vida pública. Com o golpe de 64, todos nós sentimos que algo tinha mudado de uma maneira muito profunda. E aí sim, o caminho do estudo, da disciplina intelectual, passou a ser uma trajetória não só percebida, mas desejada. Mas sempre como uma continuação da vida pública anterior.

Nos anos posteriores ao golpe, até 1968, houve muita mobilização. Como você viu isso?

Meia oito caiu na minha cabeça, porque foi a emergência de um movimento que era contrário ao tipo de pensamento que nós tínhamos. Era uma geração mais jovem, mas não só isso. Era outra cultura mesmo. Outra cultura política, outra orientação comportamental. Vocês viram esse último filme do Bertolucci, *Os sonhadores*? As grandes matrizes intelectuais daqueles jovens, Marcuse etc., não tinham nada a ver conosco.

Em 1968 você ainda estava no Rio?

Ainda estava no Rio. Foi quando fiz concurso para o mestrado no IUPERJ. As aulas começaram em 1969, mas não deu para completar o curso porque faltando um semestre para finalizá-lo fui “selecionado” pelo DOI-Codi para

participar de uma temporada com eles e não aquiesci, me escondi. Essa minha corrida me levou a São Paulo, e de São Paulo fui para o Chile. Fui tirado clandestinamente do Brasil. Voltei do Chile em 1971, fui preso no Rio e depois de seis meses saí – a ditadura era muito cíclica. Saí sem eira nem beira, as pessoas queriam que eu voltasse a advogar, mas resolvi ir para São Paulo. Lá fui acolhido pelo Carlos Estevão, pelo Fernando Henrique e pelo Weffort. Há pouco tempo participei de uma banca de livre-docência em São Paulo – a do Gildo Brandão –, Weffort também estava, lembrei o que ele tinha feito por nós, por mim em particular, e ele se emocionou muito.

Em São Paulo fiz o doutorado. Fiz o curso e fui ser professor em uma porção de lugares: na Faculdade de Arquitetura de São José dos Campos, na Escola de Sociologia e Política. Mas me estabilizei mesmo na Unicamp, onde fiz um concurso. Trabalhava em Campinas e morava em São Paulo. Um dia chego em casa, e Maria Lúcia me diz que “eles” tinham batido lá. Eu disse: “Vamos embora.” Maria Lúcia é calma, queria ficar em casa, mas peguei meus pertences de tese, as sete páginas que eu tinha escrito, não mais que isso, e vim para o Rio. Aqui fui acolhido pelo Armando Costa, que já morreu, grande intelectual. Armando me levou para uma *garçonnière*, onde ele morava com uma moça e criava plantas na pia... Vi que não havia o que fazer ali. Paulinho Pontes foi lá me buscar. Paulinho tinha na casa dele um escritório com uma porta que abria para um outro apartamento. Disse: “Fique aqui. De noite, você pode sair.” A empregada me levava comida no quarto e lá fiz a minha tese com os livros que tinha conseguido trazer.

Sua tese deu origem ao livro Liberalismo e sindicato no Brasil.

É.

Escrevi na ilegalidade plena. Mas o que aconteceu foi que, com a morte do Herzog, especialmente depois daquela missa que foi feita em São Paulo, o clima mudou. Eu vivia assim: acordava e lia os jornais do Rio; se os jornais do Rio me segredassem alguma coisa de complicado, eu lia os de São Paulo. Ficava lendo até montar um quadro. Dependendo do quadro, eu ia para a rua ou não. Depois da missa de São Paulo, com dez mil pessoas na igreja da Sé, telefonei para o Weffort e ele me disse: “Acho que já dá para defender essa tese.” Ele armou uma banca que além dele próprio tinha Celso Lafer, Eunice Ribeiro Durham, Guilhon de Albuquerque e, se não me engano, o Brás José Araújo. Era uma banca muito forte, muito boa, para efeitos de me defender, e de defender a universidade de qualquer complicação. Agora, muito complicada para mim. Havia ali um argumento liberal muito pesado que me desafiava, me contestava. Especialmente o Lafer me fez passar péssimos momentos naquela defesa. Mas enfim, correu tudo bem.

Liberalismo e sindicato no Brasil *está hoje na quarta edição, lançada pela UFMG. Na nova apresentação, você diz que o desafio da tese era entender a modernização autoritária do país, acentuando os elementos de continuidade do Estado Novo ao governo militar.*

É isso. E não fui só eu que senti esse desafio. Nos anos 70, toda a minha geração passou por ele. Isso é claramente visível no Simon Schwartzman, na Elisa Reis... Mas foi um momento também em que nós contamos com uma bibliografia muito estimulante para pensar no problema.

É aí que cresce a importância do Gramsci?

Também. Mas a minha referência mais forte foi o Lênin do *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Eu fui a Moscou em 1974, fazer um curso, junto com grupo de uns dez intelectuais. Saímos clandestinamente do Brasil e fomos estudar com Anastacio Mansilla, que tinha sido professor do Guevara e do Fidel em Cuba. Era um espanhol de família republicana exilada que tinha sido educado na União Soviética; chegou lá criança e tornou-se cidadão soviético. E era um professor sedutor, fascinante. Fomos estudar com ele *O capital* numa escola leninista de formação de quadros. Aliás, minha fuga de São Paulo para o Rio em 1975 deveu-se ao fato de que isso foi descoberto. O rapaz que fez os nossos passaportes foi preso e falou. E nós tivemos que sair correndo por esse mundo de Deus.

Mas voltando a 1974, eu estava, digamos, numa linha muito CPDOC, de estudos sobre o Brasil – e Hélio Silva aí era uma grande fonte. Estava com a cabeça atulhada de informação, mas não conseguia juntar as coisas. Não havia jeito. Em Moscou, conversando num café com um engenheiro brasileiro meu amigo que estava fazendo um outro curso de formação de quadros, eu disse: “Não consigo desatar a minha tese. O que você acha que eu devo fazer?” Ele sugeriu: “Faz uma coisa. Procura ler os textos do Lênin sobre a questão agrária.” Me deu a referência: “A via prussiana do desenvolvimento capitalista”. Quando botei o olho naquilo, eu disse: é isso, claro! Todo aquele material que eu tinha e que não conseguia ter rumo, ter direção, se arrumou na hora. Claro que é isso! Aí fui ler Barrington Moore,¹ que de outro jeito tentava explicar a mesma questão, e fui ler Gramsci. Era a mesma explicação – aliás, Gramsci era um cultor de Lênin –, só que numa modulação mais ocidental. A partir daí, mobilizando esses três autores, constituí o argumento da tese. E posso lhes dizer o seguinte: quando o livro saiu, foi um sucesso. A primeira edição saiu pela Paz e Terra em fevereiro, e a segunda já em setembro. Até Otto Lara Rezende fez resenha do livro. Foi material de curso de direito, de curso de ciências sociais... Na verdade eu só consigo explicar esse sucesso pela descoberta que estava ali: a natureza autoritária da modernização capitalista brasileira.

Outras pessoas aqui no Brasil, algumas um pouquinho antes, algumas um pouquinho depois, também estavam trabalhando nessa mesma direção. Lembro Otávio Velho, com *Capitalismo autoritário e campesinato*; Elisa Reis, que já mencionei... O trabalho da Elisa é posterior, de 1978 ou 79; o do Otávio é anterior, certamente; o do Luciano Martins é anterior. Mas todos esses trabalhos eram teses de doutorado de circulação absolutamente restrita.² Descobrir a tese do Luciano em francês em 1974, 75, era um inferno! A do Otávio se tornou acessível porque ele depositou no Cebrap. Depois que defendeu a tese na Inglaterra, ele foi fazer uma exposição no Cebrap e deixou um exemplar lá.

Você também foi do Cebrap?

Fui. Tenho a honra – vocês me perdoem – de ter pertencido ao CPC, ao Iseb, ao Cebrap, ao Iuperj e ao PCB!

Ou seja, você participou de todas as discussões do seu tempo... Andando um pouco mais: é essa discussão de Lênin e Gramsci que vai conduzi-lo à discussão do iberismo e do americanismo?

Aí vem Richard Morse³ também. A leitura do Morse foi um coice, o entendimento de que ali estava uma outra possibilidade. Embora o argumento dele, na forma como ele o expôs, nunca tenha me encantado. Nem podia encantar, com a biografia que eu tinha.

Morse recupera a tradição iberista. Enquanto isso, Gramsci vai tratar do americanismo.

De Gramsci, o que me fascinou foi sobretudo *Americanismo e fordismo*. Esse foi o texto que me marcou. O que é o americanismo em Gramsci? Gramsci trabalha com uma antinomia forte: de um lado, países em que a superestrutura é uma instância ordenadora do mundo, e onde os intelectuais gozam por isso mesmo de uma enorme influência e *status*; de outro, países em que o mundo é ordenado mais infra-estruturalmente. América: a instância primordial da vida fabril. Ford, Taylor: uma ética saindo da fábrica e indo para a sociedade. Gramsci tem a percepção de que um homem novo pode sair dessa linhagem. Ele não está pensando num americano em estado puro. Ele está pensando naquilo em que o americanismo pode se converter na União Soviética. Mas ele já vai ter as suas reservas, porque vai perceber que esse mundo que se desdobra da fábrica, na União Soviética, está contaminado pela presença da coerção. E esse é um mundo que deve ser mais consensual do que coercitivo. O homem novo, o *ethos* novo, viria do mundo fabril. Daí todos os textos dele sobre o luxo, o americanismo, o fordismo, sobre a vida sexual também.

Gramsci é um cultor da Reforma. E como cultor da Reforma, vai ter uma boa comunicação com o mundo anglo-saxão. É muito crítico da Renascença. O que é a Renascença para ele? A ordem cosmopolita, o intelectual desenraizado da massa. Portanto, qual é o caminho nobre? A Reforma, o idealismo filosófico alemão, Marx. O caminho do Nietzsche – só para ficar numa nota de pé de página – é o oposto. Nietzsche afirma a Renascença, condena a Reforma. Nietzsche não vai dar em América. Gramsci dá.

E assim apareceu para mim o americanismo como um tema radioso.

Em seu livro A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil,⁴ você tem um texto muito bom sobre Oliveira Vianna, o iberista, e Tavares Bastos, o americanista. Como foi trabalhar com essas duas tradições no Brasil?

De certo modo, foi um reencontro com momentos muito primitivos da minha formação pessoal, com Monteiro Lobato, outro americanista. A Ibéria era, digamos, Getúlio. Como combinar essas duas tradições? Ou como entendê-las? Oliveira Vianna foi martirizado por essa questão. Ele nunca deixou de elogiar a América, em momento algum, e nunca deixou de defender o Estado brasileiro. Já após o sopro do Morse, que tinha sido muito iluminador, fui trabalhando a relação entre o iberismo e o americanismo e procurando entender como se deu essa relação. Percebi que, nos anos 80, a combinação das duas tradições deveria resultar no seguinte: o PT não deve ser o partido que joga pedra na tradição, o PT deve ser o partido que dirige a tradição. A classe operária, em nome da sua representação do moderno, tem que dirigir a tradição, e não se voltar contra ela. Essa era a questão republicana, era o demônio que me organizava quando eu pensava em americanismo e iberismo. Como se sabe, o PT desconheceu esse figurino que eu procurava emprestar a ele, e, de certo modo, a questão das relações entre a tradição e o moderno ainda está aberta entre nós.

Em outro texto seu você fala de “transformismo em registro positivo”. Pode explicar o que é isto?

Essa também é uma questão da agenda republicana presente. Como se muda? O PT dizia: “Nós vamos fazer as mudanças através de grandes rupturas políticas.” Já eu estava dizendo: esse discurso é Raimundo Faoro, é Tavares Bastos, é a grande tradição liberal brasileira. Isso não vai dar em mudança alguma. O que vem dando em mudança, do Império a Vargas, no processo de elaboração do Estado-nação, é uma incorporação continuada, que nunca parou no tempo. Nem mesmo na ditadura militar, que trouxe os trabalhadores do campo. Graças a essa incorporação foi possível realizar uma operação transformística em registro positivo, de uma forma tal que pequenas rupturas internas, moleculares, fossem tirando a ordem de onde ela estava para levá-la a uma outra região. Mas enfim,

tirando a ordem de onde ela estava para levá-la a uma outra região. Mas enfim, tentei separar o transformismo da idéia de estigma, que sempre o acompanhou no interior da teoria marxista. O grande contraponto às minhas posições diante dessas questões foi Carlos Nelson Coutinho. Eu falava em americanismo, ele falava em *Risorgimento*. Eu falava em revolução passiva, ele falava em revolução nacional popular. A revolução nacional popular do PT converteu-se, no curso do governo que aí está, numa revolução passiva! Como deve ser entendida a revolução passiva na obra gramsciana? Uma solução mais recessiva do que progressiva, voltada sempre para a preservação da ordem. Mas o que eu procurei demonstrar é que havia uma outra possibilidade de interpretação a partir de Gramsci, e que poderia ser admitida uma revolução passiva em registro positivo. E o americanismo seria o terreno ideal para isso. Por quê? Porque as superestruturas não teriam aquela presença ossificada, monumental, existente na Europa, naquela “raça de parasitas”, nos “pensionistas da história”, naquelas sedimentações do passado que, como o chumbo, impediam as novas gerações de passar. Gramsci usava essas expressões fortes, identificava toda essa patologia no mundo europeu. Seria o mundo da *complexificação*, enquanto a América seria mais transparente, mais simples. Aqui, o moderno podia dirigir a tradição.

Enfim, houve muitas disputas, e a questão do americanismo apaixonou a literatura, o pensamento social brasileiro. Por exemplo, o partido Faoro, Simon, formado nos anos 70, 80, tem uma versão interpretativa muito poderosa. Quem é o inimigo? A Ibéria. É preciso deixar que a América passe, é preciso deixar que os interesses venham para que a partir daí se constitua a boa representação. Com outras perspectivas e outras ênfases isso também é Weffort, isso é USP, isso é medularmente Florestan. A isso eu me contrapus, às vezes fabricando aliados. Por exemplo, José Murilo de Carvalho de *A construção da ordem*,⁵ um clássico que ele já não gosta, mas que é vital para o meu argumento... *A construção da ordem* é a defesa da Ibéria.

*Quando você fala em Florestan Fernandes, está pensando em A revolução burguesa?*⁶

A revolução burguesa é um trabalho complexo, que se inicia, nos capítulos sobre a Independência, com uma leitura positiva da revolução passiva à brasileira, para concluir em favor de uma tomada de posição classicamente revolucionária. Ele, que começou nesse importante trabalho com o elogio do Estado brasileiro, termina com a condenação do nacional-desenvolvimentismo. O recado que fica é o da emancipação da esfera dos interesses da esfera estatal, a ser reapropriada, por baixo, a partir do amadurecimento da vida associativa dos seres subalternos. O caminho dele vai sempre nessa direção. Não há como

entender a teoria do populismo sem Florestan. Isso às vezes fica ainda mais claro no trabalho da Maria Sílvia Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata*.⁷ A meu ver, o trabalho dela é mais claro e mais preciso do que o dele, mas é um trabalho florestaniano, a matriz é Florestan.

Que essa questão do americanismo e do iberismo está aí, está. Dei uma entrevista logo depois de 2002 em que eu, provocativamente, dizia o seguinte: o PT absolveu a história do Brasil ao escolher o caminho institucional, ao ganhar a eleição e tomar posse. Você pega o discurso de posse do Lula e vê: o que está ali? Gilberto Freyre, tudo. A história brasileira foi absolvida. O governo do PT é contínuo a ela, e não mais descontínuo. Essa foi a extraordinária significação desse momento. A meu ver, ela teria sido maior se tivesse havido uma reflexão, sobretudo se os homens de Estado, que estão conduzindo esse processo, tivessem essa percepção.

Estou lendo o *Weber* do Mommsen⁸ e estou completamente apaixonado. Não há como entender Weber sem a sua inscrição na vida política alemã. Ele queria ser inglês, mas para ser inglês, só com recursos germânicos. Eles tinham que constituir um império. É a defesa do império que Weber formula o tempo todo: a Alemanha tinha que ter um império de além-mar! Ele denuncia o Bismarck por não fazer isso, denuncia Guilherme II por tentar fazer isso errado. Agora, como é que ele quer esse império? Com sindicatos fortes? Sem partido comunista, evidentemente. Até podia existir, mas... O problema dele não é esse, o problema é que ele quer *aguerrimento* entre as classes para que daí saia, dessa seleção, uma elite potente, capaz de conduzir a Alemanha para a sua grandeza. É a partir daí que sua obra, o carisma, tudo se encaixa, tudo está entrelaçado. A visão que ele tem de burocracia é a visão do Reich alemão.

Acho que, entre nós, temos um academicismo meio tonto que quer separar a reflexão do seu laboratório. Isso é a morte! Isso é uma cultura de mandarim! Já que eu estou dando esta entrevista, e já estou meio enfurecido, posso dizer que tenho muito orgulho de fazer parte da tradição que mistura essas duas coisas, mesmo contra uma cultura universitária que é muito crítica em relação a isso, especialmente nos seus setores dominantes. “Mas não foi isso que fez Weber!” Weber não gostava de misturar na sala de aula – o que é diferente. Ele não misturava na sala de aula, porque dizia que ali não era tribuna, mas bastava ele tirar o pé fora e não estar doente – coisa que em geral ele estava –, que ele misturava, como misturou o tempo todo.

Nos anos 1990 você participou de um estudo sobre o Judiciário, de que resultou o livro Corpo e alma da magistratura brasileira.⁹ Como esse tema chegou a você? Foi uma volta às suas origens, ao direito?

Tudo acaba se juntando, tudo acaba se pegando... O tema do direito me chegou acidentalmente, com o convite para uma pesquisa que deveria ter o

formato que a Associação dos Magistrados determinasse. Fui à reunião deles em Florianópolis e disse o seguinte: “Não sou intelectual de aluguel. Ou isto é uma pesquisa científica ou eu não faço. E para ser uma pesquisa científica, tem autoria etc. etc.” Pensaram um pouco, toparam. Aí me chegou o tema da tradição, da Ibéria outra vez. Na hora zero, na hora do Estado, o direito reaparece como uma instância de organização fundamental, uma instância central – como mostra o José Murilo da *Construção da ordem*. Dois: Vargas quer organizar o mundo pelo direito do trabalho. Oliveira Vianna: formação ético-pedagógica pelo direito em uma sociedade invertebrada, desconjuntada – é o direito que vai dar essa organicidade, seus intelectuais de escol, seus tribunais, tudo de cima para baixo. Escolas sindicais, escola do trabalho, trabalho e cidadania. Tudo isso articulado, evidentemente, com o Estado, com o chefe da nação que encarna os interesses gerais. Pega a Carta de 1937, e isso está lá. É Francisco Campos, que na verdade é Carl Schmidt: “pensamento dos interesses da nação”, artigo 135. Quer dizer, interesse pensa. Isso é direito. Como é direito a ação civil pública, a ação popular, a Carta de 88 tendo estendido toda uma malha nova de instituições.

Primeiro, portanto, houve continuidade e ampliação da presença do direito na vida brasileira. Muita continuidade, muita mesmo. E as mudanças recentes são todas de origem americana. Ação civil pública: é uma combinação daquela presença ibérica do direito com os novos institutos americanos que nascem da sociedade civil. Ministério Público: esse não nasce em lugar nenhum, só existe aqui. É quase alemão, porque é o intérprete geral, abstrato, não parte do singular, de interesses concretos. É uma metafísica. Aliás, a metafísica tem um papel no Brasil, coisa que boa parte da esquerda sempre negou, pelo menos dentro do Partido Comunista. A complicação é que o Partido nasceu com os militares, com Prestes. E ali, a questão da nação, do Estado, estava dada. A metafísica brasileira estava presente. Prestes, sem nunca ter sabido disso, é o grande representante da metafísica brasileira moderna. O PT não, o PT é a física dos interesses, não tem metafísica nenhuma. Mas à medida que vai crescendo, começa a incorporar a metafísica. Gilberto Gil chega pelo lado mais metafísico do Brasil, que é a Bahia...

Você pertence a uma esquerda que, digamos, “perdeu” no Brasil. Darcy Ribeiro adorava dizer que perdeu: perdeu o pique de defender o índio, perdeu a chance de construir a universidade, perdeu porque ficou ao lado do Jango... Mas no fundo ele se orgulhava das derrotas mais do que das poucas vitórias.

Sem dúvida eu sou da esquerda que perdeu. E perder é muito complicado. Quanto ao Darcy, eu não sabia que ele dizia isso, não. Mas é verdade. Ele perdeu. O que ele sempre encontrou foi um espaço de atividade pública. Lembre-se de que ele morreu senador. Mas acho que a minha derrota é mais funda

que a do Darcy. Inclusive, eu era para ter sido aluno dele, mas quando eu estou entrando na faculdade, ele está saindo, está sendo excluído. Ele e Costa Pinto, que estudava raça e tinha aquelas polêmicas com Guerreiro Ramos. A Faculdade de Filosofia, quando cheguei, era terra arrasada, não tinha nada.

Mas você não acha que, para além dessa derrota, você ganhou em capacidade de reflexão?

Sim, mas tem uma hora em que você desanima, pelo seguinte. Vamos tomar o direito, um tema crepuscular que não é o meu – na verdade, não deixa de ser o tema do *Liberalismo e sindicato no Brasil*; olhando bem, estou tratando ali de direito do trabalho. Fico impressionado de ver como a chegada desse tema crepuscular me tem permitido uma renovação, até um certo encantamento diante de uma outra senda, uma outra pista, um outro caminho. Mas alguém pode me interpelar duramente: “Vem cá, você é comunista, marxista, mas resolveu trabalhar com o direito? Cadê as classes? Cadê tua história anterior?” Eu explico: acho que não há descontinuidade. Agora, houve algumas mudanças poderosas no mundo, por exemplo, na questão nacional: o Estado-nação deixou de ser uma fonte geradora de identidade poderosa como foi antes. O mundo do trabalho deixou de ser uma fonte de valor vigorosa como foi antes.

Ou seja: você consegue perceber e introduzir o novo na sua reflexão. Talvez outros não consigam.

Não é apenas vontade de sobreviver, isso eu lhes garanto. Mas não é mesmo, porque eu não tenho a menor. É continuar metendo a mão no charco, aprofundando. Olhando o que acontece em volta. Eu ainda não tinha lido o trabalho do Mommsen, confesso que estou lendo pela primeira vez. E estou encantado de ver a trajetória daquele pretendo mandarim, que era o Weber, ser toda ela amarrada na história do seu país.

Qual a diferença entre as ciências sociais como ofício nesse mundo de hoje e no mundo em que você começou? O que pensam, hoje, seus alunos no IUPERJ?

Deve ser complicado para os estudantes de hoje. A gente nunca sabe direito como eles estão processando as coisas internamente. Eu às vezes vejo pessoas muito bem formadas, muito bem aparelhadas, capazes de ter uma resposta sobre teoria, questões abstratas fantásticas, mas que têm dificuldade de pensar. “Agora pensa, faz o teu projeto...” Não sai. “Não é possível, você trabalha tão bem em teoria...” Tenho muitos alunos assim, brilhantes, mas na teoria. Na hora de pensar um projeto, começam a patinar, falta coragem. Também não sei se a gente apresenta as ciências sociais para eles direito, como uma coisa cativante, que permite intervir sobre o mundo. Não sei.

Notas

1. Barrington Moore, *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno* (Lisboa, Cosmos; Santos, Martins Fontes, 1975).
2. Os trabalhos mencionados são: de Simon Schwartzman, *São Paulo e o Estado nacional* (São Paulo, Difel, 1975), revisto em *Bases do autoritarismo brasileiro* (Rio de Janeiro, Campus; Brasília, UnB, 1988 [1ª ed. 1981, 2ª ed. 1982]); de Elisa Pereira Reis, *The agrarian roots of authoritarian modernization in Brazil, 1880-1930* (MIT, tese de doutorado, 1979); de Otávio Velho, *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento* (São Paulo, Difel, 1976); de Luciano Martins, *Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil* (Paris, Anthropos, 1976).
3. Richard Morse, *O espelho de Próspero* (São Paulo, Companhia das Letras, 1998).
4. Luiz Werneck Vianna, *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil* (Rio de Janeiro, Revan, 1997).
5. José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem: a elite política imperial* (Rio de Janeiro, Campus, 1980).
6. Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (Rio de Janeiro, Zahar, 1975).
7. Maria Silvia Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata* (São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969).
8. Wolfgang Mommsen, *Max Weber et la politique allemande, 1890-1920* (Paris, Puf, 1985).
9. Luiz Werneck Vianna; Maria Alice Rezende Carvalho; Manuel Palacios Cunha Melo; Marcelo Baumann Burgos, *Corpo e alma da magistratura brasileira* (Rio de Janeiro, Revan, 1997).